

SESSÕES DO PLENÁRIO

121ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de dezembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 12, 19 e 20/11/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Augusto Castro, comunicando sua ausência das sessões nos dias 27 e 28/11/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Gelson Merisio, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia da Indicação nº 0422.6/2012, de

autoria do Dep. Neodi Saretta, onde solicita adoção de medidas para instalação de Frentes Parlamentares em Defesa da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, nos termos propostos pela Assembléia de Santa Catarina.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. Com a palavra a minha querida amiga e deputada Graça Pimenta pelo tempo de até cinco minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, presentes nas Galerias Paulo Jackson, imprensa, funcionários, amigos que nos assistem através da *TV Assembleia*, boa-tarde! Caros colegas desta Casa, neste fim de semana, tive a honra de participar do *IV Encontro Nacional do PR Mulher* realizado em Brasília. Sem dúvida, o evento foi de grande importância para as mulheres, para o partido e para o Brasil.

O encontro contou com a presença do presidente nacional do PR, o senador pelo Amazonas, Alfredo Nascimento. Durante o encontro, ficou muito claro que a mulher esta mais consciente sobre a sua participação na política e nos rumos do nosso País. A plateia, presente em Brasília, foi composta por cidadãs que deixaram de ser apenas eleitoras e passaram a ser, também, protagonistas do processo político.

No evento, discutimos sobre os avanços sociais que as mulheres estão alcançando ao longo do tempo, principalmente no setor político. Os progressos são poucos, mas muito importantes para que possamos diminuir qualquer tipo de preconceito que exista contra o público feminino.

Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, a lei eleitoral de 1995 determinou que 20% dos cargos eletivos deveriam ser ocupados pela mulher. Com isso, nas eleições de 1996, as mulheres foram eleitas para 3,4% das prefeituras. Para garantir o percentual feminino nos partidos, em 2010, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promoveu uma reforma na lei, tornando obrigatória a proporção mínima de 30% a participação das mulheres em relação aos 70% dos homens.

Nas eleições de 2012, alcançamos um recorde histórico no Brasil. Hoje, as mulheres representam 11,37% dos cerca de 5.400 prefeitos eleitos. A partir de 2013, 621 cidades serão administradas por mulheres.

Analisando de forma mais ampla, mesmo com os registros positivos nas eleições mais recentes e apesar de termos uma mulher como presidente da República, a participação feminina, nas esferas do poder brasileiro, ainda é baixa. No *ranking* da União Interparlamentar que avalia a penetração política por gêneros em 146 países, o Brasil ocupa o 110º lugar, atrás de nações como Togo, Eslovênia e Serra Leoa.

Nobres Parlamentares, é justo que, em nosso País, o número de mulheres eleitas aumente, pois somos 51,7% do eleitorado brasileiro. O fato de muitas serem mãe, esposa e zelarem pela família, proporciona à mulher ter uma visão social mais ampla.

As mulheres bem sabem se a escola publica que o filho estuda precisa aumentar o nível educacional. Por serem usuárias constantes dos serviços de saúde

para cuidar de si e da família, a mulher tem mais possibilidades de saber onde o serviço precisa ser melhorado.

Precisamos de mulheres em cargos importantes do poder público para que as ações governamentais possam contemplar o maior número de pessoas possível. Sem dúvida, depois deste encontro, onde também discutimos sobre as estratégias de expansão do PR Mulher, ficamos com mais coragem para conquistarmos um espaço maior nos diversos segmentos sociais e para garantirmos os direitos femininos.”

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado do PCdoB Álvaro Gomes, coordenador e Líder desta Bancada que orgulha bastante a Bahia e o Brasil.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, saúdo todos os presentes às Galerias Paulo Jackson, especialmente os funcionários do Ministério Público que estão aqui luta pela aprovação do projeto. (Palmas nas Galerias). Desejo-lhes muito sucesso nessa batalha que vêm travando há muito tempo.

Sr. Presidente, vou comentar o lançamento, hoje à noite, de um importante livro na Livraria Cultura, do Shopping Salvador. Trata-se do livro biográfico *Marighella - O Guerrilheiro que Incendiou o Mundo*. O autor dessa obra é o jornalista Mário Magalhães, que doará, no lançamento dessa publicação, milhares de páginas de documentos secretos garimpados durante os cerca de 9 anos dessa pesquisa que ele fez.

O nobre Pery Falcon também foi daquela época, foi preso político.

Pois bem, durante 9 anos de pesquisa esse jornalista conseguiu muitos documentos importantes, e agora vai doá-los, todos eles, ao Memorial Marighella, que será construído em Salvador para preservar a memória revolucionária desse baiano que tantas contribuições deu à construção da democracia no nosso País.

O filho de Marighella, o advogado Carlos Augusto Marighella, receberá todos esses documentos. São peças históricas, em diversos formatos: impressas, digitais, microfilmadas, muitas delas, inclusive, originais, como a carta do legendário líder do movimento camponês Francisco Julião endereçado a Marighella em 1967.

Boa parte desse acervo era secreta. Esses importantes documentos foram produzidos pelo Estado e também por militantes opositores, na clandestinidade, em diversos momentos do século XX. Há também dois poemas políticos-satíricos compostos por Marighella, um inédito e outro tido como perdido.

Todos esses documentos serão doados para o Memorial Marighella.

Portanto, às 18.30h, farei todo esforço para comparecer a esse importante evento, que é lançamento desse livro, da biografia de Marighella, porque Marighella deu grandes contribuições à democracia no nosso país, um guerrilheiro do Partido Comunista do Brasil, que lutou pela transformação, pela construção do socialismo; Marighella era do Partido Comunista e, portanto, um militante aguerrido, valente, revolucionário, que buscava a construção do socialismo no nosso país.

Infelizmente, nós não conseguimos, ainda, implantar o socialismo no Brasil, mas as suas ideias continuam mais vivas do que nunca. Conseguimos avançar, sim, derrotar a ditadura militar, derrotar governos neoliberais, mais ainda não conseguimos aquilo que nós desejamos, que é construir uma sociedade onde todos possam viver com dignidade, uma sociedade onde todos possam viver com paz e justiça social.

Portanto, às 18.30h, o lançamento desse livro e a doação desses documentos é um evento de grande importância, e faremos todo esforço para comparecer a esse evento, prestigiar e fortalecer a memória de um dos grandes líderes revolucionários do Brasil, que foi o nosso camarada Marighella.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Há sobre a Mesa um Requerimento de urgência nº 7.774/2012 para o Projeto de Lei nº 20.060/2012, de autoria do Poder Executivo, com as assinaturas dos diversos deputados.

(Lê) “ *Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o devido Requerimento de Urgência*”.

Os deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa). Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos, para expor as suas considerações sobre Campo Formoso.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputada Luiza Maia, em relação a esse problema gravíssimo desse lixo tóxico que estão exportando de São Paulo para a Bahia, ao invés de estarem exportando conhecimentos, coisas boas, deputado Roberto Carlos, estão exportando o que não presta: lixo tóxico para nossa Camaçari, e Campo Formoso pegando aí a rebarba.

Eu estava fora do país, acabei de chegar agora pela manhã, o deputado Elmar fez com que eu voltasse rápido, e não pude me inteirar direito, deputado Elmar, sobre a situação de Campo Formoso. Lá nós temos a maior fábrica de cimento da Bahia, um dos maiores grupos, hoje, do Brasil, e existe a suspeita, deputada Luiza Maia, que o lixo de Camaçari, uma parte, está sendo queimado nos fornos daquela fábrica de cimento, em Campo Formoso.

O deputado Elmar, eu acredito, já tomou as suas providências, eu cheguei hoje de viagem e deverei tomar providências, para saber, realmente, o que está acontecendo, para que possamos, também, fazer esse movimento que V.Ex^a fez em Camaçari, porque é inadmissível que se leve lixo cancerígeno para as cidades, que não seria a destinação correta. Aí vamos, através dos órgãos do Meio Ambiente, e a partir de janeiro, na Prefeitura de Campo Formos, se Deus permitir.

Hoje, depois daquela lei que aprovamos aqui, deputado Joseildo, onde o município já tem um certo poder para embargar ou para licenciar essas atividades e outras elas, nós vamos tomar todas as providências, deputado Fabrício, para que esse

absurdo, dentre tantos outros que temos na Bahia e no nosso País, não aconteça. Todos nós sabemos das dificuldades na área de saúde, para não falar em outras áreas como a segurança, educação.

Por falar em educação, na próxima sessão, trarei um editorial falando sobre a educação no Brasil, mostrando que o problema não são os salários, que o problema não é estrutura nem o que se gasta. Nesses últimos dez anos, só a Rússia gastou mais do que o Brasil em educação, mas, enquanto isso, a qualidade piora a cada dia. Alguma coisa precisa ser feita porque não é falta de recursos. O que está faltando é gerência, punição, meritocracia, para que se dê salários melhores àqueles que queiram trabalhar, àqueles que produzam mais, como já foi feito em outros estados, a exemplo de Minas Gerais, São Paulo, para que saíamos dessa situação de gastar uma fortuna com a educação, gastando como um País rico e tendo resultado como dos países piores do mundo.

É uma matéria interessantíssima sobre esse assunto tão importante, e trarei na próxima sessão desta casa. Sabemos que sem educação o Brasil continuará ocupando os piores lugares no índice de competitividade, como temos visto em todas as análises. Continuará exportando produtos primários, continuará exportando soja, minério de ferro, carne bovina, carne suína, enquanto os países que se desenvolvem mais rápido estão exportando tecnologia, conhecimento, e a base disso são as escolas e ensino de primeira, dos quais ainda estamos muito distantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, que hoje está tatuado com o PCS dos servidores do Ministério Público do Estado da Bahia. (palmas)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, subo e esta tribuna, Sr. Presidente, para fazer um apelo a V.Ex^a, que é o Líder eleitoral da região de Itapetinga, Itororó e Sudoeste da Bahia, para que intervenha na questão do fechamento da Azaleia.

Há um ano, desta tribuna trouxe esta discussão, e V.Ex^a, ali mesmo onde está o deputado Fabrício Falcão, disse que o governo já havia resolvido o problema da Azaleia, e que esta não iria mais ser fechada. Agora, a Bahia se assusta pois vai perder mais de quatro mil empregos diretos, deputado Adolfo, e vai perder também a Azaleia, empresa essa que, no governo Paulo Souto, disputamos com o Rio Grande do Sul, disputamos com São Paulo, e conseguimos trazer para a Bahia.

Deputado Fabrício – não foi V.Ex^a, não – o deputado Rosemberg estava sentado em seu lugar, há um ano atrás, e dali me disse que eu não me preocupasse porque o governo iria resolver. E a Bahia toma de surpresa o fechamento da Azaleia. Mais uma vez o governo mostra a falta de vontade, a falta de responsabilidade com os baianos e com os investimentos desta terra. É inadmissível perdermos a Azaleia. A Azaleia é uma referência, é responsável por mais de 80% dos empregos do Sudoeste da Bahia.

E nós assistimos, deputada Graça Pimenta, a passividade, a falta de interesse do

governo do Estado perante esse problema. Eu falo falta de interesse, deputado Roberto Carlos, porque tem mais de um ano que este assunto vem sendo anunciado, mais de um ano que o deputado Rosemberg Pinto disse que o governo já tinha resolvido e iria viabilizar 1 milhão e 400 mil para a Azaleia e novos incentivos. E agora ela anuncia, perto do Natal, esse fechamento e a demissão, entre empregos diretos e indiretos, de mais de 12 mil pais de família que irão perder seus empregos na região de Itapetinga, Itororó, Firmino Alves, em todo o Sudoeste da Bahia.

Então quero aqui pedir ao deputado Rosemberg, que é o deputado prefeito de Itapetinga e o deputado atual prefeito de Itororó, interlocutor daquela região com o governo do Estado, até porque ele e o governador são do mesmo partido, que não feche esse patrimônio da Bahia, do baiano, essa empresa que gera riqueza, que gera oportunidade de trabalho. A Azaleia, deputado Fabrício Falcão, V.Ex^a é de Vitória da Conquista e sabe, mudou o perfil socioeconômico da região Sudoeste. Não a deixe ir embora, deputado Rosemberg Pinto. Exija do seu governador uma atitude, não deixe o seu governador ser passivo! Não deixe seu governador, deputado Rosemberg Pinto, agir da mesma forma quando apoiou a presidente Dilma para tirar os *royalties* do Nordeste. Esse governo tem que tomar uma atitude, esse governo não pode permitir passivamente que uma empresa do porte da Azaleia feche as portas e demita mais de 4 mil baianos!

Esse é o apelo que faço a V.Ex^a. Enfrente seu governador e diga a ele para não ser passivo com a Bahia como foi com o resto. E tomara que a fábrica fique, que ele impeça que a Azaleia feche as portas e tire do povo da Bahia, direta e indiretamente, mais de 4 mil postos de trabalho!

Muito obrigado Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- O.k. Deputado Sandro Régis, só para esclarecimento, eu sou o presidente da sessão, e V.Ex^a levantou isso. Pela manhã o governador Jaques Wagner esteve com o ministro Guido Mantega e a presidenta Dilma Rousseff debatendo exatamente alternativas para essa questão. Inclusive acontecerá na sexta-feira em Itapetinga, e quero convidá-los se puder estar presente, uma manifestação no sentido de mobilizar os trabalhadores e prefeitos para essa solução.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, de Camaçari, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores que nos assistem das Galerias Paulo Jackson, quero sempre desejar-lhes as boas-vindas. Costumo dizer sempre que esta Casa precisa ter mais presença do povo, de pessoas da nossa sociedade organizada.

Digo também que sou solidária à luta de vocês desde o primeiro momento. Está ali no meu computador, no primeiro dia em que vieram aqui e nos procuraram. Contem comigo e com o nosso apoio. Compreendo as dificuldades que estão passando, e esta Casa precisa achar uma saída o mais rápido possível.

Quero, Sr. Presidente, dizer ao deputado Sandro Régis que vamos fazer o debate direito. É muito simples chegar aqui e acusar o governador.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a. não conhece nada de Itapetinga.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Conheço. Quero dizer ao senhor que vamos fazer o debate da forma como a nossa sociedade produz e se organiza, de forma correta e coerente.

Subir à tribuna e acusar o governador de ser o responsável...

(O Sr. Sandro Régis fala fora do microfone.)

A Sra. LUIZA MAIA:- Presidente, ele me pode deixar falar.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado Sandro Régis, por favor. Vamos descontar o tempo da deputada Luiza Maia.

A Sra. LUIZA MAIA:- Deputado Sandro Régis, precisamos entender como o capitalismo funciona, qual a sua lógica, qual a sua máxima. Toda vez que uma empresa privada estiver em crise vamos tirar dinheiro do Estado para dar à empresa ou a banqueiro? Discordo, acho que está errado.

A empresa justifica que a entrada de produtos da China, muito mais baratos, a inviabilizou. Precisamos ter seriedade, honestidade na hora de fazer a discussão. Precisamos travar o debate de como está-se produzindo no Brasil e no mundo. Sabemos que essa economia capitalista globalizada está cheia de problemas, mostrando seu esgotamento, e ninguém tem coragem de enfrentar essa discussão. Cadê a deputado Kelly, cadê os comunistas daqui para travarmos essa discussão aqui? É dessa forma que acharemos uma alternativa para se produzir e distribuir a riqueza que se produz neste Brasil que, apesar de todos os avanços depois do nosso presidente Lula, sabemos que as desigualdades ainda são muito grandes e precisamos resolver. Vamos travar esse debate com mais seriedade.

Quero, Sr. Presidente, registrar desta tribuna a nossa satisfação pela manifestação que fizemos na quinta-feira, da Piedade até a Praça da Sé. Foi uma manifestação das mulheres, caminhada das mulheres, fazendo parte da campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Os movimentos de mulheres do Estado da Bahia fizeram essa caminhada; nosso tema principal era a punição para aquela banda que estuprou duas adolescentes em Ruy Barbosa e estão, hoje, retornando aos palcos.

Fizemos na sexta-feira um repúdio a essa atitude deles, e estou nesta tribuna para questionar essa justiça. O nosso desembargador, Dr. Lourival, precisa rever a sua posição, porque essa inversão de valores, essa campanha de desmoralizar a mulher, de achar que um estupro não tem nada demais, seguraram a menina e estupraram.

Imagine, deputado Reinaldo Braga, uma filha ou irmã sua ser segurada por um homem e dez homens usando dela sexualmente, sem a sua aceitação. Depois de trinta e poucos dias foram soltos e viraram artistas de novo, e vimos a casa cheia e as meninas chorando e aplaudindo esse tipo de banda. Precisamos tomar providências.

Vi na TV alguém dizer que aquilo foi um tapa na cara da Justiça. E eu digo mais, o show dessa banda foi uma provocação, um desrespeito às mulheres, porque sabemos que estupro, e quem é advogado sabe, não é crime de pequena monta, para

esses “caras” aprontarem o que aprontaram com essas meninas e agora virarem artistas de novo, retornando aos palcos.

Dissemos na nossa caminhada que eles têm de retornar para a cadeia para pagar pena, e ficar claro nesta Bahia e neste país que estupro é crime e criminoso tem de cumprir pena. Não dá para fazer essa campanha de banalização da violência contra a mulher.

Infelizmente acabou o meu tempo, mas terei tempo para falar mais um pouco.
(Não foi revisto pelo oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Invertendo a posição com o deputado Joseildo, com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados, servidores que hoje acompanham esta sessão, lotando as galerias, podem ter certeza de que serei um defensor de vocês.

Fui presidente da Câmara Municipal de Salvador e conseguimos, depois de 23 anos, inovar com concurso público numa Casa política, o que não é fácil, e instalamos o plano de cargos e salários. Minha linha é no sentido de defender vocês, servidores, porque merecem, e não é da boca para fora. Caso precisem de algo, podem procurar-me pois estamos juntos. (Palmas)

Esses dias em que todos falam de royalties para lá, royalties para cá, e a presidente vetou. Era um momento muito importante que nós tínhamos para tentar diminuir as mazelas do nosso País.

Algumas pessoas não lembram que o Rio de Janeiro, por ter sido a capital federal, tem diversas instituições federais e hospitais federais instalados lá. Dessa forma, quando eu falo em hospitais e instituições federais, quero dizer que todos os recursos, todos os gastos desses hospitais e instituições vêm através do governo federal. Então, nesse momento, nós perdemos, mesmo que temporariamente, a oportunidade de fazer uma divisão mais igualitária para o nosso País.

Mas, se o veto foi jogo político da presidente da República para não se indispor, principalmente com os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, nós vamos perceber, porque a Câmara de Deputados tem o poder de vetar. Com certeza, se essa base aliada tão ampla, de alguma forma, tiver o apoio da presidente, mesmo que por trás, para dizer: “ Vocês podem derrubar o veto”, então, nós teremos a certeza de que a presidente quer, realmente, essa divisão igualitária para o País. Contudo, se isso não acontecer, como aconteceu com alguns vetos que estão lá há mais de 10 anos, significa que a presidente da República não quer.

Aproveitando meu tempo restante... Eu sou um deputado com uma base eleitoral muito forte, aqui, em Salvador, e ainda acabo militando muito nos bairros, o que me honra muito na cidade de Salvador, e ontem fui pego de surpresa ao saber que havia uma denúncia contra mim, dizendo que o deputado... Eu até achei interessante essa matéria – com a sua permissão, Sr. Presidente – que dizia que os moradores da Avenida no bairro de São Cristóvão estavam revoltados com o esgoto a céu aberto que estava causando transtorno há mais de três anos e com a chuva a situação piora

ainda mais. Eles falam do esgoto e depois colocam, aqui, o nome de dois moradores, que inclusive estavam em grupos políticos diferentes, dizendo que tinham me apoiado e apoiado meu filho.

Duda Sanches ainda nem assumiu a vereança para poder adotar algum posicionamento. Nunca fui procurado, absolutamente, e nós temos um escritório naquele bairro. V.Ex^{as} já cansaram de ver alguns discursos meus, inclusive defendendo o bairro de São Cristóvão. Na semana passada, inclusive, trouxe, aqui, a notícia que tinha acabado de sair da Secretaria de Segurança pública. Diante de tantos homicídios ocorridos no bairro de São Cristóvão, onde temos um trabalho extremamente grande, a notícia era de que, possivelmente, a delegacia do CIA seria transferida para o bairro de São Cristóvão, até pela capacidade que se teria de trazer mais trabalho para aquela região.

Sendo assim, acho que essas campanhas difamatórias com mentiras e enganações não pegam. Acho que o homem público está sujeito a esse tipo de coisa, mas cabe a nós trazermos os argumentos contrários e defender, porque sabemos que a mentira não vai prosperar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 5 minutos. Na ausência do deputado Elmar Nascimento, faremos uma inversão.

Concedo a palavra ao deputado Fabrício Falcão, deputado de Vitória da Conquista que só não é prefeito de lá, porque fez um acordo com o prefeito Guilherme para ele permanecer mais 4 anos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Com certeza. Daqui a 4 anos, não teremos esse acordo feito novamente, pelo menos não com o prefeito Guilherme. Boa-tarde a todos e a todas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero saudar os servidores do Ministério Público Estadual e dizer que estamos apoiando o projeto de lei. (palmas) Vocês têm o nosso apoio. Tenham a certeza de que estamos empreendendo esforços para, ainda esta semana, tentarmos colocar o projeto em votação e podermos realizar esse sonho tão antigo de ter esse plano de carreira de vocês sancionado por esta Casa.

Quero, aqui, no dia de hoje, fazer a fala específica sobre dois assuntos de grande importância para a Bahia e para o Brasil. Primeiro a demissão em massa do Grupo Azaleia em Itapetinga, Itororó, Firmino Alves, Catiba, onde está acontecendo algo muito grave.

Quando essas empresas vieram para a Bahia há alguns anos prometeram ficar aqui por um tempo infundável, receberam uma série de incentivos fiscais, doações de terreno, uma estrutura, diminuição de impostos, renúncia fiscal, um custo do Estado baiano para aqui aportar, e o que vimos agora é uma tragédia, pois mais de 12 mil postos de trabalho, isso movimenta quase 100 mil pessoas, famílias estão sendo demitidas, e isso vai criar um caos social generalizado na Região Sudoeste.

Nós imaginarmos que um trabalhador perder um emprego é uma coisa ruim

para um país, imagina, numa única cidade, numa única região do Estado, 12 mil pessoas perderem seus empregos. São muitos milhões de reais a menos na economia e isso vai criar um caos generalizado naquela região, que amedronta a todos que moram e preocupa o povo baiano, porque não sabemos como alocar esses trabalhadores.

Neste aspecto estamos mobilizando os governos do Estado e Federal na busca de que essas empresas tenham responsabilidade, quando aqui vieram e agora quando saírem, depois de terem lucrado e recebido tanto dinheiro e renúncia fiscal do Estado, vão à procura de mares mais calmos no Vietnã, muitas delas estão indo para lá para poderem buscar produção de calçados mais baratos e com forma de geração de emprego com salários muito menores do que no Brasil.

Outro ponto, é que ontem realizei aqui nesta Casa uma sessão especial esvaziada, mas trouxemos aqui a Agência Nacional do Petróleo para fazermos um debate acerca dos *royalties* do petróleo. Os *royalties* são uma taxa paga pelas empresas, seja de petróleo seja de minério de ferro ou qualquer forma de mineração, que hoje varia em torno de 10% do valor do produto final, no caso do petróleo, 10% sobre cada barril extraído no Brasil e quase todos os recursos são destinados aos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Só para termos uma ideia, de 2 bilhões de reais que foi distribuído entre estados e municípios no ano passado, 8,5 bilhões ficaram com o estado do Rio de Janeiro, 1 bilhão ficou com o estado do Espírito Santo. O petróleo pode ser extraído de duas formas: em terra ou mar. Nos Estados Unidos, praticamente 98% do petróleo é extraído em terra, aqui no Brasil quase que 100%, acho que 98,5% é extraído em águas profundas, em alto mar.

O mar, segundo a Constituição, pertence à União, e esta é o conjunto dos 27 estados em 5.600 municípios brasileiros. Então, é um absurdo acharmos que esta riqueza fabulosa de bilhões e bilhões de reais pode ficar nas mãos de dois estados e esqueçamos que o Brasil não se faz apenas de cariocas.

Caetano Veloso acha que o Brasil se faz apenas de cariocas e que estaríamos roubando. Mas não, o Brasil se faz de 27 estados, 5.600 municípios e a riqueza produzida do petróleo deve ser distribuída de forma equitativa entre todos os brasileiros e nesse aspecto estamos lutando para que a riqueza do Pré-sal saia apenas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e se distribua como uma riqueza de todo o País, porque ela é de muitos e muitos bilhões e deve ser investida em educação, saúde e de todas as formas que vierem beneficiar o povo brasileiro de uma forma geral.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Quero parabenizar o nobre deputado Fabrício Falcão pelo seu pronunciamento e dizer que essa luta com certeza tem que se tornar de todos. É muito importante o tema que V.Ex^a traz à tona neste momento, deputado Fabrício Falcão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao deputado Rosemberg

Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos das Galerias, neste momento, Sr. Presidente, coloco-me aqui para falar aos Srs. Deputados e a sociedade baiana sobre os dois fatores que acontecem na região de Itapetinga, pautado pelo deputado Sandro Régis.

Primeiro, esse episódio da Azaléia. É verdade o que o deputado Sandro Régis informou, ou seja, o governo do Estado há oito meses tomou uma posição, na qual aumentou os incentivos fiscais do Estado para 99% de desconto para evitar que a Azaléia tivesse prejuízo. Mas, o que passa por trás disso são os produtos que estão vindo da China. A presidenta Dilma Rousseff tomou uma medida de coibir a vinda de produtos da China, mas ele tem feito uma triangulação via Indonésia e Taiwan. Esses produtos chegam aqui com um custo de produção abaixo do praticado no mercado nacional, inviabilizando o produto brasileiro.

O governador Jaques Wagner, hoje, foi a Brasília, conversou com o ministro Guido Mantega e com a presidenta Dilma Rousseff. Acho que devemos fazer uma mobilização aqui na Bahia, para que o governo federal tome uma posição em relação a esta questão. Tenho convicção, deputado Pedro Tavares, que se fosse uma empresa como a Ford, que estivesse nessa situação, demitindo mil trabalhadores, seria possível até que presidenta Dilma Rousseff estivesse em Camaçari. Mas nós não podemos admitir, naquela região carente do Sudoeste da Bahia, que quatro mil trabalhadores sejam demitidos. Não há uma posição no sentido de reativar esses empregos para aqueles trabalhadores, que ganham um pouquinho além do salário mínimo. Isso é um absurdo. Lógico que o governo do Estado tomou as medidas no seu limite e não tem mais aonde ir. O governo federal tem que coibir a entrada de produtos que estão fazendo *dumping* no mercado brasileiro.

A outra questão foi o fechamento do abatedouro de bovinos da cidade de Itororó. A cidade de Itororó vive de duas coisas: da bacia leiteira e do abate de bovinos para a preparação de carne do sol. Sem entrar em questionamento contra o Ministério Público, que cumpre o seu papel, mas numa ação do Ministério Público o juiz da cidade mandou fechar quatro abatedouros sem oferecer alternativa para os trabalhadores, que vivem, exatamente, do abate de gado carne.

Hoje, inclusive, liguei para o procurador-geral, Dr. Wellington, para dizer-lhe que dá para ser desta maneira. Deve ser uma ação coordenada. Não se pode fechar os empreendimentos. O que aconteceu lá? Em vez de resolver o problema da legalidade do abate, incentivou o abate clandestino. O abatedouro de Itororó, na verdade, não está dentro do regimento que a legislação exige, mas os caras, para não perderem o mercado de trabalho, foi abater nas roças, às escondidas.

Certamente, o objetivo do Ministério Público era sair de uma situação ruim para a legalidade. Mas saiu dessa situação ruim para uma situação clandestina. Falta de uma ação articulada entre o governo do Estado da Bahia, Ministério Público e a Justiça da cidade para buscar alternativas. O lugar mais próximo para fazer o abate do gado é Vitória da Conquista, a 130 quilômetros. Isso acarretará um ônus muito grande para esses trabalhadores.

Quero deixar, aqui, o meu descontentamento com essa decisão e também solidarizar-me com os funcionários do Ministério Público com relação a suas reivindicações, que são corretas do ponto de vista do plano de cargos e salários. Mas dizer que a medida a ser tomada dever ser proativa no sentido de buscar uma solução, em vez de transformar a cidade, que atualmente tem mil trabalhadores da Azaleia demitidos e mil trabalhadores que vivem do abate de gado desempregados, sem renda. Lá, a feira no sábado não existiu. E a expectativa é de que no próximo também não tenha feira.

Hoje houve uma manifestação na porta do fórum contra o fechamento da BA-415, tentando sensibilizar o Judiciário, o Ministério Público e o governo do Estado da Bahia a buscar uma solução para aqueles trabalhadores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com certeza, deputado Rosemberg Pinto, esse tema é bastante relevante.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar, em nome de toda esta Casa, os servidores do Ministério Público que se fazem presentes aqui nestas Galerias.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem do nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de solicitar uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Minha questão de ordem, presidente, é no sentido de solicitar que V.Ex^a cumpra o Regimento da Casa, contando os 15 minutos e chamando todos os deputados e deputadas para que possamos dar o quórum.

Complementando, deputado Cacá Leão, nós que estivemos juntos há pouco na Secretaria da Agricultura buscando uma solução para essa questão dos abatedores em Itororó, reafirmo e peço a todos os deputados - isso está acontecendo não só lá, mas na Bahia inteira - que possamos fazer uma ação articulada. Antes de se fechar qualquer tipo de abatedouro, tem de haver alternativas para esses trabalhadores, porque senão, em vez de tomarmos uma medida pró-ativa, estaremos tomando uma outra que leva aquele pessoal para a marginalidade, para o abate clandestino.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com certeza, V.Ex^a será atendido. O tema que traz é relevante. Hoje, pela manhã, tive a oportunidade de acompanhá-lo na audiência e tenho certeza que essa será uma luta desta Casa Legislativa.

Solicito que o painel seja zerado e os 15 minutos regimentais sejam contados para que os deputados possam se fazer presentes aqui ao Plenário. Convoco todos os colegas deputados que se encontram na Casa, nas Galerias, na sala do cafezinho, em seus gabinetes atendendo as lideranças políticas, a se fazerem presentes ao Plenário,

pois há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Marcelo Nilo, eu gostaria de abrir mão do tempo regimental de 15 minutos, pois estou retirando a solicitação de tempo.

Solicito fazer a verificação de quórum de forma imediata.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista V.Ex^a ter retirado a solicitação de tempo, antes de declarar encerrada a presente sessão ordinária, convoco uma sessão extraordinária para ser iniciada um minuto após o encerramento desta, a fim de votar o Requerimento de Urgência para o Projeto de Lei 20.060/2012, de autoria do Poder Executivo.

Com a presença de 20 Srs. Deputados, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*